



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

José Eduardo Moreira Bergo

**Elementos da Desigualdade no Brasil:
Instituições e Educação na Virada para a República**

“Os círculos viciosos e virtuosos implicam que precisamos estudar a História para entender a natureza das diferenças institucionais estruturadas” Daron Acemoglu (2022, p. 483)

Brasília, DF

Julho/2023

“Trabalho de Conclusão de Curso” apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História

Orientador: Professor Doutor Luiz Paulo Ferreira Nogueira

Sumário

Resumo.....	3
1. Introdução	4
2. Educação e Desenvolvimento Econômico	7
3. Pressões por Educação no início da República Velha.....	14
5. Índícios do surgimento de uma nova ordem	31
6. Conclusão.....	37
7. Bibliografia	40

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar a transição do Império para os primeiros anos da República no Brasil, procurando identificar na historiografia e em fontes oficiais e jornalísticas, indícios no passado que demonstrem o quanto as oligarquias que governaram o país naquele período prejudicaram o desenvolvimento de instituições inclusivas, focadas no desenvolvimento da educação e do bem-estar social, como pressupõe a Nova Economia Institucional, lançando as bases para a grave desigualdade social no país, que se verifica inclusive nos dias de hoje.

Abstract

This Final Paper aims to analyze the transition from the Empire to the first years of the Republic in Brazil, trying to identify in the historiography and in official and journalistic sources, signs in the past that demonstrate how much the oligarchies that governed the country in that period harmed the development of inclusive institutions, focused on development of education and social well-being, as the New Institutional Economics presupposes, laying the foundations for the serious social inequality in the country, which is verified even today.

1. Introdução

Poucos com tanto e muitos sem nada. Este trabalho visa identificar no século XIX possíveis fatores que influenciaram a construção da atual desigualdade vivenciada na sociedade brasileira. A motivação para escrever sobre o assunto se deu pela angústia em entender essa desigualdade acentuada no Brasil, considerando que outros países, mesmo sem riquezas naturais ou que passaram por crises, catástrofes e guerras, conseguiram promover o bem-estar social para a maioria da população.

Muitas hipóteses¹ foram levantadas para explicar essa situação, como questões geográficas, características culturais e relacionadas à genética. No entanto, são rasas, muitas vezes carregadas de preconceitos e sem respaldo teórico razoável. A questão é complexa, e certamente envolve diversas variáveis, mas as causas relevantes existem e estão na história, para serem encontradas e exploradas.

O Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial, localizado em zona tropical, com estações do ano bem definidas e com um amplo litoral voltado para o Oceano Atlântico, que oferece uma série de recursos naturais propícios ao enriquecimento, como depósitos minerais diversificados, reservas significativas de água potável, grandes extensões de terras férteis, adequadas à agricultura e à pecuária, florestas e biomas com grande biodiversidade e enorme potencial de geração hidrelétrica e de energias solar e eólica. Além disso, o país esteve isento, até então, de desastres naturais, como grandes terremotos, vulcões e furacões.

Porém, apesar dessas condições naturais, quando comparado ao desempenho de outras economias, nos últimos dois séculos o Brasil foi incapaz de acompanhar o ritmo de crescimento de países geograficamente menores que, com menos recursos naturais, conseguiram prosperar e promover o bem-estar às suas respectivas populações². Como afirmado anteriormente, as respostas estão em camadas mais profundas, mas consistentes, do passado.

¹ Acemoglu (2022, cap. 2) descobriu um conjunto de hipóteses que tentam explicar o subdesenvolvimento econômico.

² Segundo Tombo et Sampaio (TOMBOLO 2013), que desenvolveram estudos sobre o PIB do Brasil e utilizaram dados de Maddison para as outras economias, a evolução da renda per-capita do Brasil, de 1820 a 2008, ficou menor do que a de países como EUA, França, Reino Unido, Argentina, Chile, México e Venezuela.

Segundo a teoria da Nova Economia Institucional, que tem como expoente o economista e Prêmio Nobel Douglass North³, o desenvolvimento das instituições em uma sociedade gera “um ambiente favorável a soluções cooperativas para trocas complexas que promove o crescimento econômico” (NORTH 2018, p. 10). O crescimento econômico é essencial para gerar recursos que proporcionem condições para o desenvolvimento, do qual a educação é um elemento central.

North, assim como Acemoglu e Chang, são os economistas referenciados neste trabalho que defendem a associação científica de História e Economia. North começa o prefácio de seu livro “Instituições, mudança institucional e desempenho econômico” declarando:

“A História importa. Importa não só porque podemos aprender com o passado, mas também porque o presente e o futuro estão relacionados com o passado por meio da continuidade das instituições de uma sociedade. As escolhas de hoje e de amanhã são moldadas pelo passado, e o passado só pode se tornar inteligível como um caso de evolução institucional. Integrar as instituições à teoria econômica e à história econômica é um avanço essencial no aperfeiçoamento dessa teoria e dessa história” (NORTH 2018, p. 9).

Com base no referencial teórico da Nova Economia Institucional e considerando a concepção de Marc Bloch, onde a História é a "ciência que estuda os homens no tempo" (BLOCH , 2001, p. 55) e a razão pela qual os acontecimentos do passado permitem compreender como interferem no presente, a intenção deste Trabalho de Conclusão de Curso é analisar a transição do Império para os primeiros anos da República, até o estabelecimento na República Oligárquica da política de governadores, no governo Campos Salles. Por hipótese, nesse período firmaram-se algumas instituições que não permitiram ao indivíduo obter uma educação de qualidade e adquirir competências que, por sua vez, lhe conferissem condições de autonomia financeira e política para a promoção do bem-estar social.

O trabalho foi dividido em duas partes: a primeira, especificada no capítulo inicial, traz aspectos da teoria institucional, relacionando-a com a importância da educação para

³ Douglass North (1920-2015) foi um economista estadunidense considerado como um dos fundadores da Nova Economia Institucional. Foi laureado com o Prêmio Nobel por “renovar a investigação da história econômica, aplicando teorias e métodos para explicar as mudanças econômicas e institucionais” https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_dos_laureados_com_o_Pr%C3%A9mio_de_Ci%C3%A2ncias_Econ%C3%B3micas_em_Mem%C3%B3ria_de_Alfred_Nobel

a promoção do bem-estar social, amparada em considerações de diversos intelectuais a esse respeito. A segunda parte, dividida em três capítulos e à luz desse referencial teórico, examina a situação do país no final do Império e no início da República, quando era dominado por várias oligarquias latifundiárias que tinham o coronelismo como uma de suas principais marcas e que estavam interessadas na defesa de seus interesses em detrimento do desenvolvimento da sociedade.

2. Educação e Desenvolvimento Econômico

Atualmente, o bem-estar social deve ser o objetivo de todo governante contemporâneo e o crescimento econômico é essencial para elevar o nível desse bem-estar, pois ele depende do aumento da riqueza excedente produzida por um país e da forma como essa riqueza é revertida para o desenvolvimento social. Um investimento efetivo dessa riqueza resulta da concepção e implantação de instituições que organizam e controlam a forma como os recursos serão aplicados, com o objetivo decisivo, no caso do bem-estar social, de criar oportunidades para que todos em uma sociedade possam se beneficiar. “As diferenças no sucesso econômico dos países decorrem de suas diferentes instituições, das regras que influenciam o funcionamento da economia e dos incentivos que motivam a população” (ACEMOGLU, 2022, p. 82).

Comparativamente, a indústria em relação à exploração de matérias-primas gera mais riqueza para um país, devido ao valor agregado do produto⁴. Os países que conseguiram desenvolver sua indústria no século XIX saltaram à frente dos países que se dedicaram exclusivamente à exportação de matérias-primas. “Por volta de 1750, o economista alemão Johann Heinrich Gottlob von Justi certificou-se de que todos os países obrigados a produzir somente matérias primas logo compreendiam que estavam sendo mantidos pobres de maneira artificial” (REINERT, 2008, p. 229).

As mudanças que permitem o crescimento econômico, que possa lastrear um equivalente desenvolvimento social, exigem alterações nas prioridades de produção de um país e a criação e o funcionamento eficiente de instituições que promovam o aumento da produtividade e da competitividade da economia:

“O círculo vicioso da pobreza e do subdesenvolvimento só pode ser atacado de modo eficaz se a estrutura produtiva dos Estados pobres e frágeis for qualitativamente alterada. Uma estratégia bem-sucedida implica o aumento da diversificação, para além dos setores com rendimentos decrescentes (matérias-primas tradicionais e agricultura) em direção aos

⁴ Para exemplificar o valor agregado da indústria de transformação, utilizando-se de dados reais da economia em 06/04/2023, a cotação da tonelada de ferro no mercado internacional (commodity) era de US\$ 120,00. Uma bola de ferro fundido para ginástica, em um site de e-commerce, estava com o preço R\$ 101,00. Fazendo as conversões (câmbio comercial R\$ 5,05/US\$ 1,00) e as equivalências, o quilo de ferro bruto estava saindo por R\$ 0,60, enquanto o de ferro fundido por R\$ 33,66.

setores com rendimentos crescentes (tecnologia, indústria intensiva e serviços)” (REINERT – 2008, P. 325).

Porém, a indústria, para se manter competitiva, demanda transformações tecnológicas, resultantes de mão de obra especializada, que proporcione maior produtividade (fazer muito com pouco), qualidade (fazer bem-feito) e inovação (criar e fazer diferente e melhor). Tanto a especialização da mão de obra quanto a pesquisa para inovação estão relacionadas a uma educação qualificada e planejada. A educação que permite esses requisitos leva tempo, pois os resultados não são instantâneos e, em países democráticos, transpassa governos.

O desenvolvimento de um indivíduo com vistas à maior produtividade de seu potencial econômico começa na base, com uma alfabetização de qualidade, e passa pela trajetória de preparação para a produção e a pesquisa nas universidades. Os países que lideraram a revolução da educação desenvolveram-se a partir da concepção de políticas de longo prazo, que previam a criação e o controle de instituições que tivessem a intenção de construir um ambiente social isonômico e adequado para a geração de oportunidades, onde todos os indivíduos pudessem se desenvolver. Muitos países da Europa e os Estados Unidos, que hoje estão no grupo dos desenvolvidos, com alto IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e distribuição de renda mais igualitária, tiveram uma trajetória de desenvolvimento iniciada no século XVIII.

Ao analisar o motivo do crescimento contínuo da renda per-capita em países desenvolvidos, o Prêmio Nobel de Economia Gary Becker⁵ concluiu que a resposta está:

“na expansão do conhecimento científico e técnico que eleve a produtividade do trabalho e de outros insumos da produção. A aplicação sistemática do conhecimento científico à produção de bens aumentou muito o valor da educação, do ensino técnico e do treinamento no trabalho, à medida que o crescimento do conhecimento se tornou corporificado nas pessoas (...) todos os países que conseguiram um crescimento persistente da renda também tiveram grandes aumentos na educação e no treinamento de sua força de trabalho” (BECKER 1993, p. 18).

Mas também há exemplos de países que não possuíam uma indústria desenvolvida no século XIX e com uma geografia que não era favorável à produção de matéria prima para

⁵ Gary Becker (1930-2014) foi um economista estadunidense defensor da teoria do Capital Humano. Foi laureado com o Prêmio Nobel em 1992 por “por ter estendido os domínios da análise microeconômica para comportamento e interação humana” https://pt.wikipedia.org/wiki/Gary_Becker

exportação, mas que alcançaram grandes saltos de crescimento e desenvolvimento econômico, com investimentos planejados em educação, como são os casos da China, da Coreia do Sul e do Japão. Os dois primeiros países passaram a investir na educação por meio de programas voltados para o desenvolvimento de tecnologias, em meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, enquanto o terceiro já o fazia no final do século XIX. Em comum, todos esses países tiveram o desenvolvimento de instituições fortes que permitiram a alocação e controle eficiente de investimentos.

Os países que planejaram e se esforçaram para desenvolver suas economias e gerar o bem-estar social para suas respectivas sociedades no século XX deram, com a educação, um drible na estratégia que Ha-Joon Chang denomina de *catch-up*.

No século XIX, houve países que atingiram a fronteira tecnológica e que tiveram a formação de uma base industrial sólida para um crescimento econômico consistente, como a Inglaterra e a França, sem sistemas educacionais de qualidade. Os Estados Unidos, por sua vez, tinham um bom sistema educacional, mas na época o crescimento econômico não dependia tanto da educação. A estratégia do *catch-up* consiste na adoção de medidas protecionistas para a indústria nacional e no uso de gestões diplomáticas e militares que forcem os potenciais adversários a serem livre-cambistas. Tais países “recorreram a uma série de medidas para ficar à frente dos competidores reais e ou potenciais” (CHANG, 2003, p. 36), por meio da utilização de mecanismos protecionistas para suas indústrias com vistas à garantia do seu poder competitivo e comprometimento do desenvolvimento de outras economias.

De acordo com o também Prêmio Nobel de economia Paul Krugman⁶, o que é mais importante para promover o desenvolvimento econômico é a capacidade de inovar e criar novos conhecimentos que proporcionem um aumento da produtividade: “A produtividade não é tudo, mas no longo prazo é quase tudo. A capacidade de um país melhorar seu padrão de vida ao longo prazo depende quase inteiramente de sua capacidade de aumentar a produção por trabalhador” (in NICÁCIO, 2014). Krugman enfatiza a importância da educação e da pesquisa e desenvolvimento para alimentar a inovação e criar novos conhecimentos.

⁶ Paul Krugman (1953), estadunidense e adepto às teorias de Keynes, venceu o Prêmio Nobel de Economia em 2008 por seus estudos relacionados ao comércio e à geografia econômica. É um crítico da globalização.

Existe uma correlação entre as listas dos países que mais investem em educação e dos que possuem maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo pesquisa realizada pela OCDE⁷ em 2019, sobre investimentos em educação, e o ranking de IDH elaborado pela ONU⁸ em 2021, países como Noruega, Suécia, Canadá e Holanda estão entre os dez primeiros nos dois rankings.

Quanto ao Brasil, a taxa de analfabetismo atual é de 6,6%⁹. A questão da relação entre prosperidade e nível educacional também pode ser observada em todas as regiões do país. Em 2019, o Nordeste apresentava a maior taxa de analfabetismo (13,9%), enquanto o Sudeste e o Sul, as menores (3,3%). Em 2018, quase metade dos brasileiros (47%) abaixo da linha da pobreza se encontrava no Nordeste¹⁰.

A educação, no que concerne aos demais eixos, deve ser precedente, pois tem o potencial de elevar a capacidade de geração de divisas para um país, através da diversificação e da produção de bens de maior valor agregado, com melhoria de competitividade (produtividade, qualidade e inovação). Os ganhos extraordinários obtidos com a geração adicional de divisas serviriam para financiar os outros eixos, iniciando assim um ciclo de prosperidade e alavancagem do bem-estar social. Além disso, a educação permite a incorporação pelo indivíduo de características que lhe conferem maiores autonomias financeira e política, pois o conhecimento e a especialização oportunizam o aumento da renda e a obtenção de raciocínio crítico.

Os países com maior renda per capita praticamente erradicaram ou reduziram muito o analfabetismo, a partir do século XIX. A preocupação desses países com a educação voltou-se para o aprimoramento da pesquisa científica, com o objetivo de desenvolver tecnologia e produzir bens de alto valor agregado, aumentando a vantagem competitiva no comércio exterior e a geração de divisas. Nesses países, o investimento em educação no século XX passou a se concentrar não apenas no letramento, mas muito mais na incorporação de competências científicas relacionadas a ciências como matemática,

⁷ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Órgão intergovernamental fundado em 1961, que conta atualmente com 38 países membros.

⁸ Organizações das Nações Unidas. Órgão intergovernamental criado no pós-guerra, em 1945, para a promoção da cooperação internacional. Possui 193 países membros.

⁹ Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019. Considera pessoas maiores de 15 anos.

¹⁰ Síntese de Indicadores Sociais do IBGE – 2018, disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>.

física, química e biologia, o que permitiu uma expansão qualitativa da educação voltada para o fomento da pesquisa e da inovação.

Globalmente, a qualidade da educação é medida pelo PISA, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes desenvolvido pela OCDE. A última edição do PISA aconteceu em 2018¹¹ e avaliou o desempenho de 600 mil alunos em 80 países. Apesar de uma tímida melhora em relação à avaliação anterior, o Brasil continuou entre os vinte países com pior desempenho em matemática e ciências. Segundo o relatório da OCDE, a condição socioeconômica impactou o resultado, pois os alunos que tiveram oportunidade de frequentar escolas com boa avaliação no Brasil, predominantemente privadas, tiveram melhor desempenho, superando inclusive a média mundial: 97 pontos (Brasil) em relação aos 89 pontos da média da OCDE.

Essa diferença socioeconômica é reflexo da má distribuição de renda no país. Segundo dados de 2021 do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)¹², o Brasil tinha a segunda maior concentração de renda entre 180 países pesquisados, ou seja, 1% dos mais ricos concentrava 28,3% da riqueza, enquanto 40% dos mais pobres compartilhavam 10,4%.

A educação é um meio poderoso para o desenvolvimento econômico e social de um país. Segundo o Prêmio Nobel de economia Theodore W. Schultz¹³, “as capacitações humanas são fatores limitativos ao crescimento econômico (...) à medida que as despesas para aumentar tais capacitações se elevam, também aumenta a produtividade do esforço humano (trabalho)” (SCHULZ 1973, p. 41). Em outras palavras, existe uma correlação positiva entre investimento em capital humano e aumento da produtividade, gerando um retorno positivo para esse investimento.

A educação também se constitui num meio para alcançar a liberdade, uma vez que permite ao indivíduo, independentemente de sua origem social, pensar de forma crítica e questionar o *status quo* da sociedade. A liberdade é um valor fundamental em qualquer

¹¹ Dados disponíveis <https://www.oecd.org/pisa/publications/pisa-2018-results.htm>

¹² Dados disponíveis em <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019ptpdf.pdf> (Tabela 3, página 303)

¹³ Schultz (1902-1998) foi um economista estadunidense da escola da teoria do Capital Humano. Recebeu o Prêmio Nobel em 1979 "pelas suas investigações referentes aos problemas de desenvolvimento dos países em desenvolvimento". https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_dos_laureados_com_o_Pr%C3%A9mio_de_Ci%C3%A2ncias_Econ%C3%B3micas_em_Mem%C3%B3ria_de_Alfred_Nobel

sociedade democrática pois, ao permitir a assimilação da conjuntura e a expressão de opiniões, o indivíduo pode participar ativamente da vida política do país.

Na Grécia antiga, segundo Hanna Arendt (2013, p.58), a liberdade era condicionada pela situação de não domínio entre indivíduos. A liberdade é essencial para a vida em sociedade, que por sua vez, pressupõe igualdade, essa num sentido de isonomia, considerando que, por natureza, os indivíduos são diferentes. Importante ressaltar, no entanto, que na Grécia a liberdade era uma prerrogativa do indivíduo que tinha a condição de proprietário. Para Arendt (2013, p. 234), as instituições são necessárias principalmente quando surgem indivíduos livres e que não possuem propriedades, mas que têm que ter sua liberdade individual protegida.

É a partir da liberdade (ou numa situação de não domínio) que a isonomia pode ser alcançada. A liberdade e a isonomia são valores complementares e que, juntas, formam a base para uma sociedade justa e democrática. A isonomia, na Grécia, seria promovida por instituições geridas pela polis, que, como um terceiro, ficaria responsável por mediar conflitos. Ela permite que os indivíduos tenham as mesmas oportunidades e sejam tratados de maneira justa e inclusiva.

Segundo Acemoglu (2022, p. 101), “as instituições políticas determinam instituições econômicas e, através delas, os incentivos e o escopo do crescimento econômico”. Uma sociedade, preocupada em promover oportunidades de desenvolvimento para todos, demanda um estado que garanta isonomia e o equilíbrio na relação entre os indivíduos. A isonomia, assim, é fundamental para garantir que todos tenham acesso aos recursos e às oportunidades necessárias para desenvolver sua individualidade e alcançar o bem-estar. Essa garantia se dá por meio de instituições criadas, por sua vez, pela política.

As instituições são as regras do jogo em uma sociedade e essas “são concebidas, pelo menos em grande parte, a favor dos interesses do bem-estar privado e não do bem-estar social” (NORTH, 2018, p. 88). Para North, as instituições são os fatores mais importantes para promover o desenvolvimento econômico. Elas são o principal determinante da evolução econômica e social de uma sociedade, pois regulam a interação entre os indivíduos e as empresas e promovem a criação de incentivos para a inovação e a criação de riqueza.

Determinadas instituições, segundo Acemoglu (2022, p. 480), são o fator definitivo na diferença de desenvolvimento entre países ricos e pobres. Instituições sólidas e

inclusivas, que promovem a liberdade econômica, a igualdade de oportunidades e a proteção dos direitos de propriedade, são as mais propensas a promover o crescimento econômico a longo prazo. Elas são, portanto, a chave para o desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento econômico depende de uma combinação de instituições políticas e de mercado eficientes e da presença de incentivos para a inovação. A educação de qualidade, voltada à pesquisa e à inovação, é peça-chave no desenvolvimento econômico. No entanto, as consequências efetivas dessa educação para a promoção do bem-estar social estão relacionadas com a criação, anteriormente a ela, de instituições econômicas fortes e inclusivas que promovam a isonomia na sociedade e permitam aos indivíduos o acesso pleno à educação.

As instituições econômicas devem ser criadas pelas instituições políticas para apoiar diretrizes isonômicas relacionadas aos eixos fundamentais para o desenvolvimento, como justiça, segurança, saúde e educação. “As instituições de bem-estar social são muito mais do que “redes de segurança”; quando bem projetadas e implementadas, podem aumentar o crescimento da eficiência e da produtividade” (CHANG 2003, p. 175). Uma educação bem planejada, estruturada e implementada de forma ampla, contínua e sob o respaldo de instituições inclusivas, não se constitui em gasto e sim em investimento.

3. Pressões por Educação no início da República Velha

Segundo o Dicionário de Política, o significado de República não é definitivo, ele muda conforme o contexto (BOBBIO et al. 1983, p. 1107). Porém, objetivamente, o termo se contrapõe à Monarquia e ao Despotismo, uma vez que a República implica uma relativa igualdade, um direito oriundo da vontade do povo e conjuga o bem do Estado ao interesse comum.

Para Mary Beard, a deposição do último Rei de Roma, Tarquínio, não foi tranquila: “Não há dúvida de que longos períodos dos séculos V e IV a.C. sofreram as rupturas decorrentes de lutas sociais e políticas entre uma minoria privilegiada hereditária e o restante” (BEARD 2021, p. 149).

Beard afirma que o regime republicano em Roma começou com uma queixa e não um estrondo. As Doze Tábuas, que reuniam um conjunto de regras e procedimentos para resolução de conflitos, foi um importante estágio na formação do Estado. Para Beard (2021, p. 144), elas resultaram do “Conflito das Ordens¹⁴” que dominou Roma nos duzentos anos após a monarquia.

Desde a independência, passando pelo Império e até a República na década de 1920, o Brasil foi governado sob influência de oligarquias, sem a participação do povo e sem o compromisso com o interesse material comum. Naquele Brasil, o principal meio para geração de riqueza era a terra, “nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante a sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica” (HOLANDA, 2020, p. 94). Os donos das grandes fazendas cumpriam as funções de autoridade do Estado. Em seus domínios, as funções públicas e privadas se confundiam.

Darcy Ribeiro (2013) enfatiza que a sociedade brasileira nesse período era marcada por uma forte hierarquia social baseada na propriedade da terra e no poder político. Ele argumenta que as elites políticas e econômicas controlavam a maior parte dos recursos e mantinham as camadas populares em condições de submissão e dependência. As instituições políticas e econômicas estabelecidas funcionavam para servir aos interesses da classe dos grandes latifundiários:

¹⁴ Segundo Beard, ordem vem do termo latino *ordo*, que significa “hierarquia social”, entre outras coisas.

“A independência e a República que em quase toda a América deram lugar a um profundo esforço nacional por elevar o nível cultural da população, capacitando-a para o exercício da cidadania, não ensejaram um esforço equivalente no Brasil. Esse descaso para com a educação popular bem como o pouco interesse pelos problemas de bem-estar e saúde da população explicam-se pelo senhorialismo fazendeiro e pela sucessão tranquila, presidida pela mesma classe dirigente, da Colônia à Independência e do Império à República, não ensejando uma renovação de liderança, mas simples alternância no mesmo grupo patricial oligárquico, se perpetua também a velha ordenação social” (DARCY, 2013, p. 295).

Esse sistema de poder não apenas atrasou o desenvolvimento, mas também é factível que tenha definido padrões de comportamento na sociedade brasileira que prejudicaram o estabelecimento de instituições voltadas para a geração de amplo bem-estar social. Durante o Império, as oligarquias formadas por grandes proprietários de terras e comerciantes, principalmente da região sudeste do país, tinham um papel crucial na política e na economia do país. Até a penúltima década do século XIX, o Brasil era um país agrícola e escravocrata. O trabalho livre era restrito e sua economia girava em torno principalmente do café, o principal produto de exportação¹⁵.

Grande parte da população vivia no campo e as cidades eram pequenas. Mesmo as cidades que eram consideradas grandes, não passavam de 100 mil habitantes. O acesso à educação, especialmente a secundária e superior, era possível somente ao pequeno grupo da elite. Além dos escravizados e das mulheres, homens livres e pobres não tinham acesso efetivo à educação institucional.

O interesse da elite pelo individualismo e o acefalismo político das décadas de 1831 a 1850, desde a abdicação de D. Pedro I até o início da relegitimação da Coroa junto à elite, gerou instabilidade política. O jogo de forças que envolveu os diversos segmentos da sociedade desencadeou revoltas¹⁶ por todo o país, algumas delas de grandes proporções. As origens dessas revoltas foram variadas, ora promovidas por militares, escravos e índios, ora por latifundiários e camponeses.

¹⁵ O cacau na Bahia, a cana de açúcar em outros estados do Nordeste e a borracha no Norte, especialmente no último terço do século, também faziam parte da pauta de exportações, mas o café era o principal produto (JÚNIOR 1978, p. 225).

¹⁶ São exemplos de revoltas no período a Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul, a Revolta dos Malês (1835), na Bahia, a Sabinada (1837-1838), na Bahia, a Balaiada (1838-1841), no Maranhão, e a Cabanagem (1835-1840), no Pará.

O ano de 1850, considerado por José Murilo de Carvalho (2022, p. 257) como um “marco entre duas fases de implantação do Estado Nacional”, foi decisivo para o restabelecimento do poder central. A abolição do tráfico de escravizados, a Lei de Terras, a Lei do Código Comercial e a Reforma da Guarda Nacional foram medidas importantes que marcaram a tentativa de restauração do poder da Coroa, definindo uma nova forma de composição entre a monarquia e o poder político da elite. A educação no entanto, na prática, não estava entre as prioridades.

Paralelamente, o século XIX na Europa foi intenso em relação à alfabetização. Tomando como base o ano de 1800, países como França, Alemanha, Reino Unido, Holanda e Bélgica passaram de uma população de cerca 50% de alfabetizados para 80% no final do século (BATEN 2022). Todavia, Portugal, responsável pela construção da base institucional do Brasil, destoava nesse cenário. O nível de alfabetização naquele país não chegou a 30% na virada do século XIX para o século XX. Em 1890, 76% da população portuguesa não sabia ler e escrever (SILVA 1992).

Segundo o Relatório Global de Monitoramento da Educação da Unesco¹⁷, fatores relacionados à cultura, à distribuição de terra e, especialmente, ao progresso institucional e à inovação, ajudam a explicar essa diferença de desenvolvimento de Portugal em relação aos demais países europeus (UNESCO 2022, p. 6-14). A questão portuguesa não explica plenamente a situação do Brasil em relação à educação, mas ajuda a entender as raízes do problema. A crise da educação no reino português teve como uma das suas principais causas a proscricção dos Jesuítas em 1759 no âmbito das reformas pombalinas, quando, de forma abrupta, todo um sistema educacional foi eliminado sem que houvesse substituição compatível. “A reforma pombalina, apesar dos sucessivos alvarás e cartas régias, não conseguiu dar continuidade ao trabalho dos jesuítas nem mesmo substituí-lo por algo novo que atendesse às necessidades da colônia, no campo da educação” (ANDREOTTI 2010, p. 48).

No Brasil já independente, o inciso XXXII do artigo 32 da Constituição de 1824 definia o ensino primário como gratuito a todos os cidadãos. O artigo foi regulamentado pela Lei de 15 de outubro de 1827, que determinava a criação de escolas primárias em todas as cidades, vilas e localidades mais populosas do Império. Em 1832, todavia, havia

¹⁷ Unesco é uma agência da ONU criada com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da educação, da ciência e das comunicações entre os países membros.

apenas 162 escolas para meninos e 18 escolas para meninas em todo o império (GODOY 2004, p. 3). A difusão do ensino esbarrou na limitação de recursos para a instalação de escolas e na falta de professores capacitados. A partir de 1834 a educação foi descentralizada e os ensinos elementar e secundário, bem como a formação de professores, ficaram sob responsabilidade das províncias, nas mãos dos representantes locais de cada oligarquia.

Um retrato da ineficácia dessas medidas foi apresentado pelo primeiro censo realizado em 1872, que indicava que o Brasil possuía uma população de quase 10 milhões de pessoas, incluindo 15% de pessoas escravizadas. Do total da população com mais de 7 anos, 81,4% não sabiam ler e escrever, e apenas 2,5% frequentavam a escola. Enquanto muitos países da Europa e, inclusive, da América do Sul, como o Uruguai e a Argentina, começaram seu processo de universalização da escola na primeira metade do século XIX, o Brasil imperial, clientelista e oligárquico estava atrasado e ainda não possuía uma política nesse sentido. Importante ressaltar que o Brasil era eminentemente rural e as poucas escolas que existiam serviam à população urbana, divididas entre as de ensino inicial, que interessava à redução do analfabetismo, e fundamental/secundário, que predominantemente atendiam às elites.

Até o fim do império, a principal preocupação da Coroa era manter o poder centralizado diante das pressões por mudanças que vinham de todos os lados, incluindo questões complexas e relacionadas entre si, como a propriedade da terra e a abolição da escravatura (CARVALHO 2022, p. 256). Sobre a governabilidade de Pedro II:

“A solução era, então, dotar o trono de apoio social. Este apoio não podia vir do proletariado do campo, foco das revoltas que marcaram a Regência. Também não podia vir da desiludida e inquieta população urbana. A única saída era buscá-lo no grande comércio e na grande agricultura” (CARVALHO 2022, p. 254).

A economia do país ainda estava presa a uma organização voltada para a produção de poucos gêneros agrícolas para a exportação, com o uso intensivo do trabalho escravo. A pequena e incipiente indústria de transformação, especialmente a têxtil, não tinha condições de competir com os produtos importados, por falta de um mercado amplo e em expansão contínua. Caio Prado Júnior chegaria, enfim, à mesma conclusão exposta por Reinert na primeira parte deste trabalho, sobre a dependência dos países ditos subdesenvolvidos quanto aos produtos primários:

“A economia brasileira estava assim presa num círculo vicioso de que somente transformações futuras de vulto a poderiam livrar: ela se fundava e hauria suas forças precisamente naquilo que constituía sua fraqueza orgânica, a grande lavoura de produção de gêneros para exportação” (PRADO JÚNIOR 1976, p. 199).

Segundo Marcus Antonio Croce (CROCE 2015), a oligarquia cafeeira prevaleceu esmagadoramente sobre as incipientes ameaças de estabelecimento da indústria de transformação. De 1840 a 1870, a indústria têxtil no Brasil exigia o estabelecimento de barreiras protecionistas. No entanto, os produtores de café viam essas medidas como prejudiciais aos seus interesses, pois poderia gerar retaliações dos seus mercados importadores. Em que pese os esforços da indústria, os latidundiários venceram o embate, com a implantação da *Tarifa Belisário*¹⁸, que aumentou a taxa de importação de matérias primas, mas reduziu a taxa sobre importação de sacarias, por exemplo.

A preferência oligárquica pelo individual em detrimento do todo se refletiu também no desenvolvimento das instituições, moldadas para atender aos interesses dos grupos dominantes. Chang enumera razões para que não haja interesse de se criar instituições inclusivas. Para ele, “em muitos casos, as instituições não foram aceitas, mesmo depois de terem se tornado “sustentáveis”, em virtude da resistência daqueles que (pelo menos a curto prazo) sairiam perdendo com a sua introdução” (CHANG 2003, p. 196).

Voltando à educação, que patinava, a Coroa tentava mostrar algum esforço para apresentar iniciativas. Assim o fez com a Reforma Leôncio de Carvalho¹⁹, em 1879. Foi uma medida disruptiva em vários aspectos, pois previa a liberdade de ensino e frequência, a liberação de alunos não católicos de frequentarem aulas religiosas, a criação de cursos noturnos, a alfabetização de adultos, inclusive escravizados, e a ampliação de escolas normais e profissionais.

A propósito, a alfabetização de adultos ganhava uma importância singular em decorrência das discussões envolvendo a reforma do sistema eleitoral, que previa a exigência da alfabetização para o exercício do voto. O Decreto também estabelecia a obrigação dos pais em encaminhar os filhos à escola, sob pena de punição. Porém, não havia consciência da população acerca das oportunidades criadas pela educação, como

¹⁸ Decreto nº 9.746, de 22/03/1887. Francisco Belisário Soares de Souza era o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda à época da implantação da tarifa.

¹⁹ Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Carlos Leôncio de Carvalho foi nomeado presidente do Conselho de Ministros do Império, em 1878.

um elemento que poderia propiciar ascensão social. As classes populares, assim, resistiam pois não existia escola na zona rural e os pais não podiam prescindir dos filhos na lavoura.

A reforma foi duramente criticada, inclusive pelos meios de imprensa, por seu caráter liberal, conforme crônica publicada no jornal Gazeta de Notícias em 22/02/1880: “Antes de deixar o ministério, (Leôncio de Carvalho) conseguiu servir aos estudantes algumas chicharas (sic): - frequência da liberdade, a morte da lição e da sabatina”. Como se tratava de um Decreto, a reforma carecia de aprovação pela Assembléia Geral para ser implementada, o que nunca ocorreu.

Outro ponto importante é a descentralização da responsabilidade pela educação inicial. Desde 1834, como afirmado anteriormente, as províncias eram responsáveis pelas instruções primária e secundária, além da formação dos professores. Assim, a aplicação de qualquer diretriz educacional para grande parte da população, que vivia predominantemente na zona rural, dependia da vontade das lideranças locais, os coronéis, membros da elite dominante.

Se por um lado teve a frustração pela não implementação das medidas avançadas propostas pela reforma Leôncio de Carvalho, a mudança no sistema eleitoral foi efetivada. A reforma eleitoral de 1881²⁰ aboliu o voto censitário mas exigiu a alfabetização como critério para poder votar. Ou seja, a eleição dos governantes e legisladores ficaria ainda mais restrita, reduzida a menos de 1,5% da população²¹.

O Decreto foi aprovado numa Câmara composta praticamente por deputados liberais, que representavam as oligarquias. Os poucos deputados contrários, como Joaquim Nabuco, Saldanha Marinho e José Bonifácio, conservadores, nada puderam fazer senão recitar discursos retóricos e contudentes, como fez esse último, para o qual “a lei era um erro de sintaxe política, pois criava uma oração política sem sujeito, um sistema representativo sem povo” (CARVALHO 2002, p. 39). Na primeira eleição sob a Lei Saraiva, compareceram menos de 96 mil eleitores, não chegando a 1% da população brasileira. O conjunto de instituições continuava sendo moldado conforme o interesse das oligarquias dominantes.

²⁰ Conhecida como Lei Saraiva, Ministro do Império, o Decreto nº 3.029, de 09/01/1881 foi proposto pelo então Deputado Ruy Barbosa. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>

²¹ 145.296 eleitores para uma população estimada em 9.941.471 indivíduos. (CASTELLUCCI 2014, p. 194)

O Imperador já vinha se desgastando e perdendo o suporte dessa oligárquica faccionada. Além disso, os ideais liberais e positivistas vindos da Europa pressionavam por mudanças, voltadas à defesa do liberalismo político, pela construção de instituições mais democráticas e mudanças no sistema eleitoral, e pautas positivistas, que defendiam a razão e o conhecimento científico como elementos fundamentais na sociedade e indicavam, na teoria, a educação como prioridade. Esses ideais serviram de argumento para construir o cenário de contraposição ao Império e implantação da República, que ocorreu mediante um golpe militar, em 1889.

Não obstante a nobreza desses ideais, o advento da República não mudou os aspectos fundamentais da sociedade, que continuou sob o domínio de uma elite latifundiária. Segundo Gilberto Freyre (2016, p. 627), “a Monarquia veio a projetar-se na República de 89 pela presença, no governo e em outros postos de direção, de conselheiros, barões, viscondes, comendadores, vindos do império”. O liberalismo oligárquico da Primeira República, refletido na Constituição de 1891, perpetuava a desigualdade socioeconômica, ao mesmo tempo em que protegia seus próprios interesses políticos e financeiros.

“A centralidade conferida aos direitos individuais, deixando de lado a preocupação com o bem público, ou seja, a virtude pública ou cívica que está no cerne da ideia de República, funciona como barreira no processo de construção da cidadania no Brasil” (RESENDE, in PEREIRA, 2021, p. 83).

A primeira República do Brasil foi marcada pelo fortalecimento dessa elite clientelista, que mantinha raízes profundas na sociedade, e ampliado durante esse período. Essa elite continuava a controlar as principais fontes de riqueza, incluindo a produção agrícola e o comércio, e exercia uma influência significativa sobre as decisões políticas. Um grande contingente da população brasileira não possuía cidadania plena, e era marginalizado em relação a decisões políticas e seus direitos. Não havia a intenção de promover a isonomia.

A Constituição de 1891 teve inspiração na dos Estados Unidos e trazia em seu eixo os princípios da federação, do presidencialismo e do regime representativo. O sufrágio passou a ser universal, com eleições diretas para o legislativo e o executivo. Os aspectos definidos pela Lei Saraiva foram consolidados na Constituição, especialmente no que diz respeito à abolição do voto censitário e o impedimento ao voto dos analfabetos. Ao instituir a Federação, as províncias foram transformadas em estados, com ampla

autonomia. Os municípios, sob domínio de coronéis, passaram a ter a responsabilidade pelo alistamento eleitoral.

Tanto em relação ao direito civil quanto ao político, a nova constituição foi um verdadeiro retrocesso quando comparada com a de 1824. Analfabetos, muitos dos quais eram negros, indígenas e mulheres, eram impedidos de participar da política eleitoral e lutar pelos direitos sociais. Esse contingente possuía, por lei, deveres e obrigações, mas era reprimido em relação aos direitos. Não obstante, o direito ao voto também não era nenhuma garantia de exercício da cidadania plena. Mesmo os que tinham esse direito eram “coagidos, comprados, enganados, ou simplesmente excluídos” (CARVALHO 2002, p. 42).

O Jornal do Recife, na sua edição de 12/09/1890, criticava justamente o sistema eleitoral que designaria os participantes da assembleia geral, responsáveis pela formulação da Constituição de 1891. Em um artigo naquela data, o periódico afirmava:

“os governadores, delegados do governo central, apoiados na força armada, chamam a si a organização de chapas, impõem-nas ao eleitorado, viajam e cabalam, aliciam e corrompem, servidos de todos os grandes elementos, que lhes fornece o poder federal, desde o regulamento das eleições, violação flagrante à liberdade do voto, até os recursos do tesouro em garantias de juros, favores e privilégios” (JORNAL DO RECIFE 1890, p. 2).

O Brasil da Primeira República deu continuidade aos interesses de uma classe oligárquica constituída no Império, que não tinha outro objetivo senão a manutenção do poder e o crescimento de sua própria riqueza. A Constituição de 1891 também manteve a desobrigação do ente federativo em definir as diretrizes para a educação inicial (CARVALHO 2010, 45), medida contrária a um país que possuía um maciço contingente de analfabetos.

Sob a tutela dos estados, essa educação inicial continuava, na primeira República, restrita a uma pequena parcela da população, e priorizava o ensino de valores conservadores e a formação de elites políticas e intelectuais, em linha com os requisitos necessários para manter o poder da classe dominante. Essa educação reforçava a ideia de que a elite vigente era a classe social superior e, portanto, merecedora de mais direitos e privilégios:

“de pouco valeu a passagem do Império para a República, duas formas doutrinárias diversas de organização do Estado, bem como pouco valeram as pregações dos

propagandistas e idealizadores da República, a respeito da instrução, pois, com essa passagem, permaneceram os mesmos princípios adotados no regime anterior, especialmente o descaso com relação à educação popular, que foi aclamado instrumento para tornar possível o sufrágio universal, fundamento do novo regime” (NAGLE 2009, p. 305)

O contingente de pessoas analfabetas conforme o censo de 1890 continuava no mesmo montante apresentado pelo censo de 1872, ou seja, 81,5% da população com mais de 7 anos não sabia ler e escrever. As elites rurais dominavam a sociedade e o Estado, e utilizavam a educação para manter o poder das oligarquias e fortalecer a sua hegemonia, trazendo como consequência a continuidade das extremas desigualdades sociais, econômicas e políticas. Como mencionado anteriormente, a estrutura social não sofreu muita alteração do Império para a República, e isso teve repercussão na educação. “Daí ser justificada a afirmação de que o liberalismo da Constituição de 1891, também no setor do ensino, foi um “liberalismo negativo”²², que favorecia pequena camada da sociedade brasileira” (NAGLE 2009, p. 307).

As reformas do ensino propostas, como a de Leôncio de Carvalho (1879), a de Benjamin Constant (1890) e, mais a frente, a de Rivadávia Correa (1915), as duas últimas voltadas para o ensino secundário e superior, não tiveram efeito prático para a educação. Houve um esforço político para a manutenção da velha ordem. “As autorizações legislativas aparecem, assim, não só como recurso impeditivo da democratização do ensino secundário e superior, pois, ao mesmo tempo em que propõem obstáculos à alteração daqueles padrões, dificultam a amplificação da rede de unidades escolares desse tipo” (NAGLE 2009, p. 309).

Os estados, que tinham responsabilidade em relação ao ensino inicial e à formação de professores, tinham dificuldades em definir diretrizes. Antes mesmo da constatação de falta de recursos financeiros para a construção de escolas e ampliação da oferta de ensino, seja para quem morava nos meios urbanos, seja para quem vivia nas zonas rurais, as leis estaduais pecavam na formulação, como registro efetuado pelo jornal “O Fluminense”, em 05/11/1892, sobre uma lei que tratava da obrigatoriedade do ensino no Rio de Janeiro:

“Temos, pois, que devido à deficiência da lei e às condições especiais do Estado, em virtude de fenômenos sociais, a comissão não dará um passo se quer para o progresso com a sua

²² O conceito de liberalismo negativo (ou liberdade negativa) consiste na abstenção do Estado sobre as ações individuais dos cidadãos. (RAMOS 2011, p. 257)

lei de ensino obrigatório. (...) Tudo quanto a comissão escreveu é muito bonito para justificar o princípio geral da obrigatoriedade, mas era inaplicável no caso de que tratava, pelo que perdeu tempo e nos obrigou a estas linhas que apresentariam um quadro mais horroroso” (O FLUMINENSE 1892, p. 1).

4. Razões da inefetividade das instituições formais dos Coronéis

As instituições existiam, mas só eram moldadas e observadas conforme a vontade da elite. Pode-se inferir que muitas leis eram criadas já sabendo que não poderiam ser colocadas em prática. O exemplo mais memorável é a Lei Feijó, de 7 de novembro de 1831, criada por pressão da Inglaterra e que declara livre todos os escravizados vindos de fora do Império, impondo penas aos traficantes. Durante a vigência dessa lei, até a Lei Eusébio de Queirós²³, em 1850, o tráfico de escravizados cresceu. Segundo dados constantes do site *SlaveVoyages*²⁴, cerca de 558 mil escravizados aportaram no país no período de 1831 a 1850, ou seja, mesmo com a vigência da Lei, que previa punições severas a quem a transgredisse, não tinha efeito especialmente contra aqueles que se beneficiavam do trabalho escravo, a elite latifundiária.

Para Browdyn Fisher (MOTA, 2021), o informalismo na sociedade brasileira, decorrente da confusão entre o público e o privado, como a questão relacionada à Lei de 1831, é um dos fatores que pode explicar as diferenças no desenvolvimento das sociedades estadunidense e brasileira. Muito dificilmente alguém designado no Brasil para exercer uma função pública fazia a separação do público e do privado, especialmente quando para atender aos seus interesses ou aos daqueles que influenciaram na sua colocação. “Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público” (HOLANDA, 2020, p. 175).

Esse contexto tornou favorável a composição de uma sociedade propícia ao clientelismo²⁵, que foi ampliado durante a Primeira República, quando a democracia

²³ “A lei n. 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império. Sua promulgação é relacionada, sobretudo, às pressões britânicas sobre o governo brasileiro para a extinção da escravidão no país”, conforme Memória da Administração Pública Brasileira, disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz>.

²⁴ As informações podem ser verificadas no endereço <https://www.slavevoyages.org/>. Segundo definição em sua página da Internet, “O site *SlaveVoyages* é uma iniciativa digital colaborativa que compila e torna acessíveis ao público registros dos maiores tráficos de escravos da história”.

²⁵ “Em Roma entendia-se como clientela uma relação entre sujeitos de status diverso que se urdia à margem, mas na órbita da comunidade familiar: relação de dependência tanto econômica como política, sancionada pelo próprio foro religioso, entre um indivíduo de posição mais elevada (*patronus*) que protege seus clientes, os defende em juízo, testemunha a seu favor, lhes destina as próprias terras para cultivo e seus gados para criar, e um ou mais clientes, indivíduos que gozam do status *libertatis*,

formal foi implementada, mas a participação popular ficou mais restrita. Essa troca de favores geralmente consistia em fazer vista grossa ou dar uma interpretação mais rígida ao que estabelecia a lei, especialmente quando se tinha o poder de julgar e prender, como era o caso coronéis, que ocupavam o lugar de maior destaque na liderança local, no Império e na Primeira da República.

A sensação de normalidade dessa situação pode, em parte, ser atribuída ao isolamento intelectual do povo. O que era noticiado raramente chegava ao grande público do interior. Esse contingente estava entregue à tutela dos coronéis, de quem recebiam orientação e que faziam as vezes de juízes e delegados locais. Num país onde menos de 20% da população era alfabetizada, a disseminação da informação fluía de forma controlada, deixando a massa alienada em relação ao que ocorria no país e às ideias revolucionárias advindas da Europa, favorecendo a elite:

“o Brasil nunca foi país de um tempo social ou psicológico ou cultural só, a mover-se num mesmo ritmo de norte a sul ou de leste a oeste do Império ou da República, mas sujeito a vários tempos, às vezes contraditórios; e mais adiantados, nuns espaços, mais retardados, noutros” (FREYRE 2016, p. 630).

Os jornais da época eram de tiragem pequena, local e restrita à pequena população de letrados que possuíam recursos para comprá-los. Essa pequena população alfabetizada que tinha acesso aos jornais era politizada, composta por formadores de opinião, integrada ao clientelismo e coadunava em grande parte com a manutenção da situação. No antigo Distrito Federal, por exemplo, onde residia a elite política do país e tinha a maior proporção local de alfabetizados, os jornais tinham uma repercussão muito maior se comparada à de outros centros urbanos do país. Por isso, o controle sobre o que era noticiado se tornava uma prioridade de quem estava no poder.

A título de ilustração, vale fazer alguns comentários sobre o Jornal do Brasil (JB). Fundado no Distrito Federal em 1891, o surgimento do JB é originalmente fruto de um grupo monarquista, do qual são expoentes os conservadores Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, que se opunham ao governo republicano. Conforme Bruno Brasil (BRASIL 2015), os primeiros anos do jornal foram conturbados. Essa oposição dos

geralmente escravos libertos ou estrangeiros imigrados, os quais retribuem, não só mostrando submissão e deferência, como também obedecendo e auxiliando de variadas maneiras o patronus, defendendo-o com as armas, testemunhando a seu favor ante os tribunais e prestando-lhe, além disso, ajuda financeira, quando as circunstâncias o exigem” (BOBBIO 1983, p. 177).

monarquistas obviamente não agradou o governo e, portanto, levou logo a uma intervenção e mudança na direção do jornal. Como exemplo, segue um trecho de um artigo do JB, da edição de 22/05/1891, em que critica uma medida do então Ministro da Instrução que nomeou “professores” para aprender, no exterior, a matéria que iriam ministrar no Brasil:

“Ficamos, pois, sempre neste absurdo: o governo nomeando pessoas que ele considera incapazes para ensinar a tal ponto que as manda aprender no estrangeiro os rudimentos das matérias em que foram oficialmente declaradas mestres, depois, todas essas pessoas, sem exceção, de uma só, após alguns meses de viagem e de estudos ou não, vindo professar essas mesmas disciplinas de que foram decretadas ignorantes. E tudo isso, sem apelação nem agravo ou recurso de espécie alguma. É o ensino entregue ao acaso e ao ridículo. Francamente, não temos ideia de tal na história tão copiosa, aqui e alhures, das aberrações administrativas” (JORNAL DO BRASIL 1891, p. 1).

Todavia, mesmo sob a direção do republicano Ruy Barbosa, o jornal continuou sendo utilizado como instrumento de crítica e oposição ao governo de Floriano Peixoto. Acusado de ser um meio para alimentar ações de golpistas, o governo suspendeu as atividades do periódico em setembro de 1893, só fazendo com que voltasse a circular depois de um ano, em outubro de 1894, com novos proprietários e uma linha editorial mais alinhada com o governo, menos política, mais popular e local.

Essa mesma característica editorial pode ser percebida em outros jornais daquela época, principalmente aqueles que tinham tiragem no Império e continuaram a ter após a Proclamação da República. As matérias, majoritariamente, eram positivas à elite e mostravam, de maneira predominante, o que interessava à classe dominante. Não havia meio de propagação da realidade que condenava grande parte da população à pobreza e à miséria. A elite propagava o que lhe convinha. Ainda no campo da educação, divulgava discursos positivistas e a adoção de medidas que, na prática, não tinham efeito algum. Eram dois brasis: o real e o oficial.

A satisfação com a conjuntura era refletida pela leniência em relação ao processo eleitoral. Apesar de concentrar o maior contingente de eleitorado alfabetizado do país, o exercício da cidadania nas eleições no Rio de Janeiro, por exemplo, era insignificante. A primeira eleição para Presidente em 1894 registrou apenas a participação de 7% do

eleitorado do Rio de Janeiro, ou 1,3% da população total (RESENDE, in PEREIRA, 2021, p. 90).

Os coronéis dominavam o cenário político na Primeira República e eles definiam o resultado das eleições. O jornal “Diário de Notícias”, de Belém (PA), registra em seu periódico de 15/09/1890, denúncia da influência dos coronéis nas eleições, oriunda da cidade de São Domingos da Boa Vista²⁶:

“O Presidente da Mesa da 1ª secção, tenente coronel Cerdeira, cōnscio do seu nenhum valimento, não formou mesa nem compareceu a eleição, dizendo fazê-la em sua casa, conforme ordem do Governo. N’esta freguesia acham-se perto de 200 eleitores, que desejam votar. Na forma da lei, e com um mesário formar-se-á mesa para os cidadãos” (DIARIO DE NOTÍCIAS 1890, p. 3).

Em Roma, em um período entre a deposição da monarquia e de formação do estado republicano romano, o termo “coronel” era utilizado para representar a autoridade política local, conforme especifica Beard: “mesmo no registro romano tradicional, as entradas para a maior parte dos anos entre as décadas de 420 e 360 a.C. trazem o nome dos misteriosos “coronéis” como autoridades principais do Estado. Isso muda de vez em 367 a.C., quando os cônsules se tornam a norma pelo resto da história romana” (BEARD 2021, p. 150).

A compreensão do coronelismo é fundamental para entender a história do Brasil e para compreender as raízes da desigualdade e da opressão que ainda persistem no país. O coronelismo é uma derivação do clientelismo e, segundo Boris Fausto (2006, p. 263), foi um dos principais fatores responsáveis pela perpetuação da desigualdade e da opressão na sociedade brasileira, tendo em vista que a exclusão de grande parte da população dos processos políticos e eleitorais concentrou o poder nas mãos dos coronéis.

O coronelismo é uma herança da Guarda Nacional, uma “associação litúrgica²⁷”, conforme define José Murilo de Carvalho (2022, p. 158), que ocupou, de forma consentida, o lugar do Estado brasileiro na periferia do país, e tinha sob seu guarda-chuva

²⁶ São Domingos da Boa vista foi um município paraense que teve o nome alterado em 1932 para São Domingos do Capim.

²⁷ A palavra liturgia tem origem no grego leitourgos, que servia para descrever alguém que fazia serviço público ou liderava uma cerimônia sagrada.

todo o policiamento local, constituindo-se num poderoso instrumento de dominação dos chefes locais da população livre e pobre.

O Coronel era a pessoa mais poderosa do município. Numa carta publicada no “Diário de Notícias” da região de Ilhéus (BA), em 26/06/1893, o pequeno lavrador Francisco Ferreira Assumpção, que estava sendo incriminado por supostamente ter participado de uma emboscada contra as filhas e o sogro do Coronel Heliodoro, a mando de um outro Coronel chamado Felisberto, se declara inocente. O início da carta retrata bem a condição de submissão do indivíduo em relação ao Coronel Heliodoro (*ipsis litteris*):

“Descejo a v. s. toudo o bem i ascim a exm. Família. Tenho estado en estado de perder o juízo de vido as noticias que tenho que estou sendo processado, sr. coronel v. s. bem podi enmojinar que em época nehuma poderia ser contra v. s., meu bem-feitor meu proctetor i com quem tenho minhas transações quem me custentava de dinheiro para oumento de minha pequena lavoura esto que eu preparava para meus infelizes filhos com tanto gosto” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1893, p. 2).

Segundo Vitor Nunes, o coronelismo atingiu sua expressão mais aguda na Primeira República e se constituiu num “sistema político dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido” (LEAL, p. 122). No governo Campos Salles, o clientelismo tomou dimensões federais com a instituição da “política dos governadores”, que tinha nos coronéis o principal meio para viabilizar a aliança entre os presidentes dos Estados e o presidente da República.

Campos Salles assume o governo diante de uma crise política, econômica e financeira. Ao tomar posse, face a conjuntura instalada, reafirma dois pilares que considera fundamentais para a estabilidade da República: o primeiro deles, de natureza política, refere-se à necessidade de estabelecer princípios que harmonizem os poderes executivo e legislativo, independentemente da interferência de formações partidárias. O segundo trata da atribuição de prioridade absoluta às questões de natureza econômico-financeira. Para Campos Salles, “a estabilização monetária e financeira está condicionada à estabilização política. Estas são as razões básicas imediatas para formular a política dos governadores” (RESENDE, in PEREIRA, 2021, p. 104).

Campos Salles foi um legítimo representante do que Boris Fausto chama de República Oligárquica, pois com a “política dos governadores” os estados se autonomizaram e os partidos políticos ficaram restritos a cada estado. “Controlados por uma elite reduzida, os

partidos republicanos decidiam os rumos da política nacional e fechavam os acordos para a indicação de candidatos à presidência da República" (FAUSTO 2006, p. 261). Houve uma troca de favores, no estilo do puro clientelismo, onde os governos estaduais apoiavam o federal na formação de uma base legislativa que aprovasse as matérias de interesse do governo federal, enquanto este prometia que não faria intervenção nos estados:

“A base dessa política era o domínio dos governadores sobre o voto, por isso procurou o presidente compor-se com eles para evitar o caminho das intervenções. Esse domínio baseava-se no compromisso com os chefes locais, porque, abolida a escravidão e incorporados os trabalhadores rurais ao corpo de eleitores, aumentara a importância eleitoral dos donos de terras. Por outro lado, sendo eletivos os governadores, melhorava muito sua posição política em face do governo central” (LEAL, 2013, p.120).

A Política dos Governadores ratificava o coronel como figura central, já que, no nível local, mobilizaria os votos necessários, pelos meios que lhe convinham, para eleger os candidatos certos, de acordo com os interesses do governo. O coronel usava seu poder financeiro, seu prestígio e a força para pressionar as pessoas a votarem em determinado candidato²⁸. Além da intimidação, a fraude eleitoral também era uma prática comum.

Porém, a determinação em relação à influência no resultado das eleições por meio de fraudes, recompensas ou violência não decorrem da República, nem tampouco da Política dos Governadores do governo Campos Salles. Conforme registra Victor Nunes, essa era uma prática consolidada no Império:

“onde os presidentes de província quase sempre tinham por função precípua ganhar as eleições. A essa época, entretanto, não se fazia necessária uma composição mais ampla e sólida por parte do Governo Geral, porque os presidentes eram de sua livre nomeação e demissão” (NUNES 2013, p. 121).

Não obstante o discurso recheado de ideais positivistas e liberais, nos quais a educação ganhava espaço relevante, replicados dos Estados Unidos e da Europa, a República trazia em seu cerne as mesmas práticas que eram fundamentais para a manutenção das mesmas oligarquias que conduziam o país anteriormente e que, em um determinado momento, se viram insatisfeitas com o Império e decidiram instaurar um

²⁸ Voto de cabresto: prática eleitoral arbitrária mais assídua em pequenas localidades. O voto não era secreto. (VADE MECUM BRASIL, disponível em: <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/voto-de-cabresto>)

novo regime. A grande massa da população continuava à margem, e esse processo se configurava muito mais como continuidade do que ruptura.

5. Indícios do surgimento de uma nova ordem

Durante o governo Campos Salles, no período de 1899 a 1902, foram, no âmbito federal, produzidos 1.903 Decretos e sancionadas 32 Leis. Desses totais, apenas cinco Decretos e uma Lei tinham alguma relação com a educação. A única Lei, mesmo assim, tratava de orçamento e concedia ao Poder Executivo competência para rever regulamentos e códigos relacionados a estabelecimentos de ensino. Isso demonstra a desvinculação do Governo Federal com as diretrizes da educação.

Por outro lado, os estados produziram muitos dispositivos legais relacionados à educação. Apenas para citar de exemplo, em relação aos dois estados mais ricos da Federação, São Paulo, nesse mesmo período, produziu 25 Decretos e Leis relacionados à educação, enquanto Minas Gerais produziu 19²⁹. Essas informações, quanto ao aspecto quantitativo e sem entrar no mérito do conteúdo das medidas, comprovam que a legislação relacionada ao ensino, especialmente aos primeiros anos da República, estava praticamente sob competência dos estados.

Mesmo assim, a difusão do ensino padecia da falta de escolas e de professores. Se muitos estados alegavam não possuir recursos financeiros para instalar escolas, os municípios alegavam a mesma coisa e talvez com mais razão. O Diário de Pernambuco, em um artigo de 19/10/1898, registrava essa situação:

“tem-se visto como as escolas municipais definham por toda parte, não falando das existentes na capital; são suprimidas alegando as municipalidades falta de meios para sustentá-las, e sem as escolas estaduais, estariam a maior parte dos municípios privados da instrução pública” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO 19/10/1898, p. 1)

A descentralização federativa, não somente em relação à educação, mas de uma forma geral, promoveu uma disparidade em relação desenvolvimento dos estados, em diversos aspectos. Os estados providos de mais recursos financeiros conseguiram estimular suas economias e promover o desenvolvimento. Os estados do Sudeste e do Sul avançavam mais do que os do Nordeste. Em relação ao analfabetismo, por exemplo, as nove províncias do Nordeste estavam, em 1890, entre as quinze cujo percentual de analfabetos era maior do que a média nacional. Essa mesma situação também pôde ser verificada no

²⁹ Dados obtidos dos sites das respectivas assembleias estaduais, conforme referenciado na bibliografia.

ano de 1900, quando os nove estados estavam entre os treze com o percentual maior que a média nacional. Celso Furtado (1998, p. 149) indica que entre os censos de 1872 e 1900, a renda per-capita anual do Nordeste (exceto Bahia) caiu 0,6%, enquanto no Sul cresceu 1% e no Sudeste 2,3%.

A primeira década da República, de 1890 a 1900, foi marcada pela instituição do trabalho assalariado e pelo ingresso de mais de 1,2 milhão de imigrantes (IBGE 2000, p. 225). De 1890 a 1900, a população brasileira cresceu cerca de 20%, saltando de 13,8 milhões para 16,6 milhões. A quantidade de imigrantes que ingressaram no país nesse período representou 43,9% do crescimento da população. Os imigrantes europeus começaram a vir para o Brasil para trabalhar na lavoura ainda na década de 1840³⁰, o que ganhou novo impulso depois da Lei Eusébio de Queiroz, que suspendeu o tráfico de escravizados e incentivou a imigração.

As divergências regionais do Brasil começam a ser verificadas ainda no Império, quando do início da decadência da atividade açucareira no Nordeste, pelo desenvolvimento do Sudeste em relação à atividade cafeeira e, de uma maneira geral, pela incapacidade do Governo Central em enxergar o todo e em prover um sistema monetário adequado e uma solução para o problema da mão-de-obra.

As formas de organização social que, até a abolição do tráfico de escravizados, coincidiam nas províncias do Norte e do Sul, começaram a tomar rumos divergentes na terceira parte do século XIX. “A organização social do Sul transformou-se rapidamente, sob influência do trabalho assalariado nas plantações de café e nos centros urbanos, e da pequena propriedade agrícola na região da colonização das províncias meridionais” (FURTADO 1998, p 171).

A década de 1890 foi o período com o maior ingresso de estrangeiros no território brasileiro. As principais regiões que receberam imigrantes foram o Sudeste e o Sul. Em relação ao Sudeste, os imigrantes ingressaram para trabalhar prioritariamente nas plantações de café, mas a região também atraía pela emergente industrialização e por uma crescente expansão urbana.

³⁰ Segundo Caio Prado Júnior (1976, p. 187), o Senador paulista Nicolau de Campos Vergueiro recebeu em sua fazenda, entre 1847 e 1857, 177 famílias de alemães, suíços, portugueses e belgas.

A imigração para o Sul foi incentivada para a colonização por meio de pequenas propriedades rurais. Independentemente das dificuldades, os imigrantes nos estados do sul, especialmente nas áreas mais isoladas, tinham mais autonomia, pois contavam com apoio oficial para a ocupação de terras e, como trabalhadores livres, não havia como o grande proprietário de terras “obrigar o colono a permanecer na fazenda” (FURTADO 1998, p. 127). Os conflitos envolvendo imigrantes, nessas áreas, ocorriam mais com os caboclos e índios, os quais “no processo colonizador foram preteridos ou não receberam o mesmo tratamento e prioridade dada aos imigrantes e/ou descendentes” (VANIN et al, p. 189).

Nos locais do Sul onde havia um domínio maior dos coronéis, existiam conflitos entre imigrantes e essas lideranças locais. No Rio Grande do Sul, as relações de poder entre esses dois grupos eram permeadas por questões políticas e econômicas:

“as revoltas caxienses, de 1890 e 1892, por exemplo, foram movimentos que revelam a postura política colonial no início da República, quando os imigrantes tomam partido na disputa dos governos municipais e contra suas medidas tributárias, acirradas pela luta em torno do governo estadual no período” (BIAVASCHI, p. 118).

A imigração teve influência nas sociedades dos estados, em especial daqueles que receberam um alto contingente de imigrantes. Os estrangeiros, que em sua grande maioria eram pobres e vieram ao Brasil subvencionados, mas com a expectativa de desenvolver-se e que trouxeram consigo histórias e costumes, promoveram, desde os primeiros anos da República, trocas de experiências culturais que influenciaram a organização social das regiões e das cidades. Essa emergente organização social no Sudeste e no Sul começava a demandar por novos serviços administrativos públicos, educação e saúde, cuja estrutura o Estado não estava preparado para oferecer.

A descentralização administrativa promovida pela constituição de 1891 favorecia a oligarquia latifundiária, porém, como um prenúncio de tensões que adviriam nas próximas décadas, a ascensão de novos grupos decorrente da nova organização social, cuja renda não dependia das propriedades agrícolas, começava a promover, ainda de forma muito incipiente e regionalizada nos primeiros anos da República, a redução do domínio das ainda fortes oligarquias.

À medida que crescia o trabalho livre, a imigração, a indústria e as próprias cidades, surgiam novos conflitos entre classes sociais, configuradas por libertos, operários,

trabalhadores rurais, imigrantes, acadêmicos e intelectuais, comerciantes e industriais emergentes, latifundiários, militares, religiosos e políticos. Em decorrência da diversidade social, que apresentava demandas também variadas, o novo Estado Republicano procurou “resolver a crise de hegemonia social da classe dominante, utilizando como uma das mediações a criação de leis que pudessem preservar a ordem social racional, a socialização de novas regras morais e do saber em doses homeopáticas (GRAMSCI, 1979, p. 156)” (BORGES, 1998, p. 8).

O trabalho livre comprometeu o sistema latifundiário, pois o trabalhador não estava atado ao seu empregador como a pessoa escravizada. “Se de um lado a transformação do regime de trabalho assegurou o progresso do sistema produtivo do país, doutro ele se revelará um dos mais fortes elementos de desintegração da estrutura básica daquele sistema: a grande propriedade agrária” (PRADO JÚNIOR 1978, p. 212).

Em relação ao imigrante, a situação também se agrava para o latifundiário, pois se estabelecem em locais que oferecem uma demanda maior por trabalho ou podiam, em situação extrema, valer-se da prerrogativa do retorno ao seu país de origem ou a imigração para outro país que lhe oferecesse melhores condições. Em 1900 e em 1903, inclusive, verifica-se déficit imigratório, com a saída de imigrantes maior do que a entrada.

Diferentemente do trabalhador livre local, o imigrante não conhecia o sistema oligárquico brasileiro e, portanto, não possuía nenhum preconceito ou conceito formado. Não havia comprometimento com o sistema instaurado e, por menos instrução que tivesse, os imigrantes traziam, especialmente os europeus, o conhecimento de aspectos relacionados a sistemas de domínio e dominados do meio rural europeu de outrora, algo semelhantes ao nosso sistema oligárquico, já ultrapassados em seus países de origem. Por isso, as organizações sociais das regiões Sudeste e Sul, para onde foram a grande maioria dos imigrantes, se beneficiariam do desenvolvimento em relação ao Nordeste, por exemplo. A propósito, o Nordeste nunca receberá uma corrente apreciável de imigrantes europeus. “Havia aí o obstáculo do clima, menos atraente para as populações da Europa, bem como de uma situação econômica estacionária, senão decadente” (PRADO JÚNIOR 1976, p. 190)

As desigualdades entre as regiões influenciaram também na diferença de predomínio do coronelismo. “O coronelismo teve marcas distintas, de acordo com a realidade sociopolítica de cada região do país. Um exemplo extremo de poder dos “coronéis” se

encontra em áreas do interior do Nordeste, em torno do Rio São Francisco, onde surgiram verdadeiras “nações de coronéis”, com suas forças militares próprias” (FAUSTO 2006, p. 264). Por outro lado, nos Estados em que o Governo era forte, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os coronéis não tinham tanta autonomia e dependiam de estruturas mais amplas.

Nas regiões, portanto, onde não havia muita alternativa para subsistência, o indivíduo se sujeitava ao domínio dos coronéis. Segundo Victor Nunes (2013, p. 25), “é, pois, para o próprio “coronel” que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades”. Um pequeno trecho da obra *Vidas Secas*³¹, de Graciliano Ramos, em que o personagem Fabiano refletia sobre a venda de seu gado ao fazendeiro, representa a aflição do roceiro nordestino dominado:

“Se pudesse economizar durante alguns meses, levantaria a cabeça. Forjara planos. Tolice, quem é do chão não se trepa. Consumidos os legumes, roídas as espigas de milho, recorria à gaveta do amo, cedia por preço baixo o produto das sortes. Resmungava, rezingava, numa aflição, tentando espichar os recursos minguidos, engasgava-se, engolia em seco. Transigindo com outro, não seria roubado tão descaradamente. Mas receava ser expulso da fazenda. E rendia-se. Aceitava o cobre e ouvia conselhos. Era bom pensar no futuro, criar juízo”. (RAMOS, 2013, P. 33)

A industrialização do país teria surgido ainda no período imperial, em 1885³². O Brasil era um dos maiores exportadores de matérias-primas e gêneros tropicais, como o café, a borracha, o cacau, o mate e o fumo. Todavia, adquiria do exterior a grande maioria dos diversificados produtos para o consumo interno, chegando a ter em sua pauta de importação mais do que 30% em gêneros alimentícios. As exportações, porém, compensavam financeiramente as importações.

Todavia, essa situação era perigosa, pois a dependência em relação à comercialização de poucos produtos primários, como se mostrou posteriormente em relação às crises do

³¹ Graciliano Ramos (1892 – 1953) foi um romancista e jornalista alagoano, considerado um dos maiores escritores brasileiros. *Vidas Secas* narra as dificuldades de uma família de retirantes para sobreviver no sertão nordestino.

³² Conforme Gilberto Freyre (2016, p. 634): “Para Normano o período da verdadeira criação da indústria brasileira com esses vários Mauás sulistas foi de 1885 a 1914”, fazendo referência ao registrado no livro *Brazil: a study of economic types* (Chapel Hill, 1935), de J. F. Normano.

café, da borracha e, em menor escala, do cacau, e o endividamento dos estados, que possuíam autonomia para captar recursos, comprometeram a estabilidade econômica.

Além da questão do trabalho livre, as crises relacionadas à exportação dos produtos agrícolas, o descasamento financeiro decorrente do endividamento dos estados, o consumo interno altamente dependente de produtos importados e as crescentes industrialização e urbanização, trazem uma nova configuração para a sociedade brasileira, que pressiona por mudanças, inclusive no campo educacional. “A partir de meados da década de dez começa a aparecer um conjunto de pressionamentos que acusa a existência de novas forças sociais. É esse conjunto de pressionamentos que forçará a realização dos princípios liberais frequentemente proclamados, bem como provocará certas projeções no sentido de dar ao Estado determinadas características da democracia social” (NAGLE 2009, p 307). A disseminação da escola primária volta à pauta de discussão, que tramitou a passos lentos, com a contínua isenção do Governo Federal, e só seria inflamada na década de 1920, com efeitos práticos após o fim da Primeira República, a partir de 1930.

6. Conclusão

Com base na historiografia consultada, pode-se depreender que o Brasil independente ingressou num caos institucional que se agravou nos períodos regenciais e adentrou a República. O país seguiu um caminho ditado pela conveniência de um conjunto de oligarquias que definiu prioridades a partir de seus interesses. Essas oligarquias não eram coesas, porém seus membros tinham o objetivo de manter os poderes políticos e econômicos. Na transição do Império para a República não houve solução de continuidade para essa elite e a estrutura clientelista, estabelecida na sociedade, deu condições para que os mesmos grupos que participavam da tomada de decisões no Império, estivessem também presentes na direção do Governo republicano.

Enquanto isso, na onda da Revolução Industrial, muitos países surfavam rumo à modernidade, hasteando a bandeira da educação no mastro principal de suas estratégias. Não só a Europa, mas vizinhos do Brasil, como a Argentina e o Uruguai, davam sinais de avanço no desenvolvimento social após implementarem medidas voltadas para a redução do analfabetismo. No entanto, o Brasil mantinha um contingente significativo de pessoas analfabetas até a virada do século XIX para o século XX, próximo a 80%. Apesar do censo de 1900 mostrar que essa taxa havia diminuído, parecer consignado no documento oficial do censo 1920 recomenda que os dados de 1900, referentes ao grau de instrução, deveriam ser desconsiderados, pois eram “deficientes e não raro calculados por falta de informações colhidas no mesmo inquérito” (RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920, p. 8).

Conforme expressão cunhada ainda no Império, existiam dois Brasis: o oficial, que se fazia presente através das instituições criadas pela elite dominante, e o real, que representava o dia a dia vivido pela maioria esmagadora da população. Segundo Machado de Assis em 28/12/1861, então articulista do jornal Diário do Rio de Janeiro, “o país real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial, esse é caricato e burlesco” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO 1861, p. 1).

As instituições inclusivas são importantes numa sociedade para dar oportunidade aos indivíduos de se desenvolverem. Porém, a consolidação dessas instituições depende, antes de tudo, da vontade política, ou seja, da decisão de quem detém o poder para fazer acontecer. A educação não fazia parte do Brasil real, pois este construía apenas

instituições informais. A criação de instituições formais estava a cargo do país oficial, que hipocritamente declamava, dentre outras coisas, a importância da educação para o progresso do país e propunha medidas que nunca seriam implementadas. As instituições do Brasil oficial eram extrativistas³³, “que levam à concentração de riqueza e de poder nas mãos de uma pequena elite” (ACEMOGLU 2022, p. 105).

Desde o primeiro dispositivo registrado na Constituição de 1824, que determina a universalidade do ensino, passando pela descentralização de competências às províncias em 1831, pela proposta disruptiva, mas frustrada da reforma Leôncio de Carvalho, ainda no Império, até as reformas propostas por Benjamin Constant e Rivadávia Correa, já na República, percebe-se que não houve vontade política em implementá-las. As legislações práticas, relacionadas ao ensino, estavam a cargo dos estados, propiciando diferenças devido às condições relativas a cada um desses entes da federação, o que agravava as desigualdades.

As diferenças, assim, não se restringiam aos indivíduos e a grupos sociais, mas se estendiam às regiões, ou seja, além do povo e da oligarquia, havia diferença entre estados e entre o Norte e o Sul. A descentralização de competências legislativas promovida pelo Governo Central fortaleceu as elites locais e acentuou as desigualdades regionais. O Sudeste, com a riqueza gerada pela produção e exportação do café, se contrapunha ao Nordeste da decadente economia baseada na cana de açúcar³⁴. A unificação territorial do país se manteve na República, porém com o agravamento das diferenças regionais.

O golpe militar da República serviu para estabelecer um regime que interessava às oligarquias dominantes, especialmente a dos grandes latifundiários produtores de café, cujos primeiros presidentes civis eram seus representantes. A virada para a República ocorreu sem a participação do povo e constitui-se na continuidade de um processo em que a grande maioria da população continuava alijada, dando razão a Acemoglu (2022,

³³ Acemoglu (2022, cap. 3) define as instituições como inclusivas ou extrativistas. As inclusivas estimulam o crescimento econômico, distribuem o poder de maneira mais ampla na sociedade e limitam seu exercício arbitrário. As extrativistas são obstáculos ao crescimento econômico, pois expropriam os recursos de muitos e estabelecem barreiras de entrada. Ainda em relação às instituições extrativistas, quem detém o poder político pode estabelecer instituições para enriquecimento próprio e aumentar seu poder à custa da sociedade.

³⁴ O café foi o principal produto de exportação no século XIX, enquanto o açúcar caiu abruptamente. Na década de 1820, o café possuía apenas 18,4% de participação na pauta de exportações, enquanto o açúcar tinha 30%. Esse cenário foi se modificando significativamente nas décadas seguintes, colocando na última década o café com 64,5% e o açúcar com apenas 6%. Essa dinâmica e as divisões produzidas refletiram nas economias do Sudeste, produtor de café, e do Nordeste, produtor de açúcar (CROCE 2015, p. 3).

p. 96), para quem, “Num regime absolutista,³⁵ algumas elites podem ter o poder para constituir as instituições econômicas que preferem” (ACEMOGLU 2022, p. 96).

O coronelismo foi fundamental nesse processo, pois permitiu o controle da maior parte da população brasileira, viabilizando os votos necessários para que as oligarquias continuassem a definir os rumos do país em alinhamento com os seus interesses. O Brasil, majoritariamente rural, favorecia o grande latifundiário, que fazia com que o país dependesse de sua produção e os trabalhadores rurais de sua “benevolência”.

Mas isso começava a mudar. O trabalho livre e o surgimento das primeiras indústrias dão início a um processo de urbanização que começa a ameaçar o protagonismo do grande latifundiário. A forte onda de ingresso de imigrantes, na década de 1890, também traz consigo novos hábitos e, principalmente, ideias. As primeiras décadas do século XX, com a influência tanto de eventos endógenos quanto exógenos, seriam cruciais para a construção de um novo país, onde a educação começava, lentamente, a dar sinais de vida, mas não o suficiente para acabar com as desigualdades na sociedade, que perduram até os dias de hoje.

³⁵ Para o economista Acemoglu, o termo “absolutista” está relacionado àqueles grupos sociais que detém o poder político para criar ou não instituições econômicas. Para ele, “o crescimento econômico, portanto, só avança se não for impedido pelos grupos que terão perdas econômicas e preveem a diminuição ou extinção de seus privilégios ou pelos grupos que terão perdas políticas e temem uma redução de poder” (2022, p. 96).

7. Bibliografia

Livros e artigos acadêmicos

- ACEMOGLU, Daron *et al.* **Por que as nações fracassam: As origens do poder, da prosperidade e da pobreza.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022. ISBN 978-6555605402.
- ANDREOTTI, A, et al. (org.) **História da Administração Escolar no Brasil.** Campinas- São Paulo, Editora Alínea, 2010. ISBN 978-8575165898
- ARENDT, Hanna. **Sobre a revolução.** São Paulo: Schwarcz, 2013. ISBN 978-8508029266.
- BATEN, Joerg. **Schooling, Literacy and Numeracy in 19th Century Europe: Long-Term Development and Hurdles to Efficient Schooling.** Paris: Unesco, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000383171?posInSet=1&queryId=N-EXPLORE-16699594-f6ca-4988-9143-f1595e9e45c4>
Acessado em: 08/04/2023.
- BEARD, Mary. **SPQR: uma história da Roma Antiga.** São Paulo: Planeta, 2020. ISBN 978-6555352160.
- BECKER, Gary. **Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education.** Chicago: The University of Chicago Press, 1993. ISBN: 0-226041204.
- BIAVASCHI, Márcio A. C. **Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)** Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2368>. Acesso em: 23/04/2023.
- BIONDI, Luigi. **IMIGRAÇÃO.** FGV. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/IMIGRAÇÃO.pdf> Acesso em: 23/03/2023.
- BLOCH, Marc. **A história, os homens e o tempo.** In: **Apologia da História ou O ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001, pp. 51-68. ISBN 978-8571106093.
- BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de Política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11^a ed., 1998. ISBN 85-23003096.

- BRASIL, Bruno. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/> Acesso em: 03/04/2023.
- CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889**. Campinas: Navegando Publicações, 2013. ISBN 978-8589441612.
- CARVALHO, José Murilo De. **A construção da ordem - Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. ISBN 978-8320006184.
- CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. ISBN 978-8535930870
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. ISBN 978-6558020424.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S. **Muitos votantes e poucos eleitores a difícil conquista da cidadania operária no Brasil Império (Salvador, 1850-1881)**. Belo Horizonte: VARIA HISTÓRIA 2014. Vol. 30, nº 52, p. 194. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/fjR33sN6BhD63BB95fZRDLz/?lang=pt#> Acesso em: 07/04/2023
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2004. ISBN 85-71395241.
- CROCE, Marcus A. **A Economia do Brasil no século XIX**. Vitória: XI Congresso de História Econômica, 2015. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/2015_marcus_antonio_croce_a-economia-do-brasil-no-seculo-xix.pdf. Acesso em: 06/04/2023.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. ISBN 85-31402409.
- FERREIRA, Jorge *et al.* (org.) **O Brasil republicano: O tempo do liberalismo oligárquico**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. ISBN 978-8320013571.
- FRANCO, Gustavo H. B. **O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda**. São Paulo: 34, 1999. ISBN 85-73261552.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2021. ISBN 978-8526008694.

- FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. São Paulo: Global, 2016. ISBN 978-8526008366.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global, 2021. ISBN 978-8526008359.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1998. ISBN 978-8504003444.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016. ISBN 978-8378660192.
- GODOY, Marcelo F. de. **Civilização e Educação. As Leis da Corte e das Províncias**. Ponta Grossa: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador, 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/workshop/art9.pdf>. Acesso em: 07/04/2023.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. ISBN 978-8535925487.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Edusp, 2009. ISBN 978-8531412042.
- NICÁCIO, Adriana. **O desafio de ampliar a produtividade**. Desafios do Desenvolvimento – IPEA. Edição 78, de 16/01/2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2973:catid=28&Itemid=23 . Acesso em: 11/02/2023.
- NORTH, Douglass C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018. ISBN 978-8568493458.
- NUNES, Victor Leal. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. ISBN 978-8520908235.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978. ISBN 978-8511130171.
- RAMOS, Cesar A. **Liberdade Positiva e Negativa no Liberalismo Político de Rawls**. In **Revista de Filosofia Dissertatio**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/dissertatio/article/view/8704/5747>. Acessado em: 03/04/2023

- REINERT, Erick S. **Como os países ricos ficaram ricos...e porque os países pobres continuam pobres**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. ISBN 978-8578661229.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2020. ISBN 978-8526022256.
- VANIN, A.A., SILVA, G.Z., and TEDESCO, J.C. **A disputa pela terra entre indígenas e agricultores no norte do Rio Grande do Sul: síntese de alguns elementos históricos**. In: TEDESCO, J.C., SEMINOTTI, J.J., and ROCHA, H.J., ed. *Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 175-229. ISBN: 978-85-64905-76-4. Acesso em 13/02/2023. Disponível em : <https://doi.org/10.7476/9788564905764.0007>.
- VIANA G et al. **Capital humano e crescimento econômico**. Campo Grande: Interações, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122010000200003>. Acesso em: 11/02/2023.
- MOTA, Camila V. **Por que Brasil e EUA ficaram tão diferentes? Curso na Universidade de Chicago tenta explicar**. São Paulo: BBC Brasil, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=d3YGGPddK_U. Acesso em: 13/02/2023.
- SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano. Investimentos em Educação e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. ISBN 978-8572478663.
- SILVA, Francisco R. da. **História da Alfabetização em Portugal: Fontes, Métodos e Resultados**. São Pedro do Sul (Portugal): Encontros Ibéricos de História da Educação, 1992. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000383171?posInSet=1&queryId=N-EXPLORE-16699594-f6ca-4988-9143-f1595e9e45c4>. Acessado em: 08/04/2023.
- SLAVE VOYAGES. **Comércio Transatlântico de Escravos - Base de Dados**. <https://www.slavevoyages.org/voyage/database#tables>. Acesso em: 13/02/2023.
- SOUZA, Marcelo C. de S. **O Analfabetismo no Brasil sob o Enfoque Demográfico**. Brasília: IPEA, 1999. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2644/1/td_0639.pdf Acesso em: 22/03/2023.

- TOMBOLO, A. G.; SAMPAIO, A. V.. **O PIB brasileiro nos séculos XIX e XX**. Curitiba: Revista de Economia, V. 39, n. 3, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/download/31283/22683> Acesso em: 06/04/2023.
- WESTIN, Ricardo. **Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos**. Agência Senado. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura#:~:text=A%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201824%20determinava,brasileiras%20em%20idade%20escolar%20estudavam>. Acesso em: 24/02/2023.

Artigos e matérias de jornal

- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (PA). BNDIGITAL. **Interior**. Belém (PA), Ano XI, Nº 213, P. 3, 17/09/1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=763659&pesq=&pagfis=9250>. Acesso em: 08/04/2023.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (BA). BNDIGITAL. **Campestre - Processo**. Ilhéus (BA), Ano XIX, Nº 140, P. 2, 26/06/1893. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=098167&pesq=&pagfis=79>. Acesso em: 08/04/2023.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO (PE). BNDIGITAL. **Instrução Popular – Psychologia**. Recife (PE), Ano LXXII, Nº 232, P. 1, 19/10/1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_07&hf=memoria.bn.br&pagfis=14935. Acesso em: 08/04/2023.
- GAZETA DE NOTÍCIAS (DF). BNDIGITAL. **CHRONICA**. Rio de Janeiro (DF), Ano VI, Nº 52, P. 1, 22/02/1880. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&hf=memoria.bn.br&pagfis=210. Acesso em: 12/04/2023.
- JORNAL DO BRASIL (DF). BNDIGITAL. **Mestres para...aprender**. Rio de Janeiro (DF), Ano I, Nº 44, P. 1, 22/05/1891. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_01&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=188. Acesso em: 13/04/2023.

- JORNAL DO RECIFE (PE). BNDIGITAL. **A Abstenção**. Recife (PE), Ano XXXIII, Nº 207, P. 2, 12/09/1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pesq=&pagfis=28707>. Acesso em: 08/04/2023.
- O FLUMINENSE (RJ). BNDIGITAL. **Reforma do Ensino Público. A obrigatoriedade Parcial**. Niterói (RJ), Ano XIV, Nº 2161, P. 1, 05/11/1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=10043903&hf=memoria.bn.br&pagfis=1419> . Acesso em: 08/04/2023.

Documentos oficiais

- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Legislação Mineira**. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/leis/legislacao-mineira/>. Acesso em: 23/03/2023.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. **Base de Legislação Paulista**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/>. Acesso em: 23/03/2023.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brazil em 31 de Dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or6397/or6397.html#page/1/mode/1up Acesso em: 09/04/2023.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biblioteca Digital: Coleção das Leis da República de 1890 a 1902**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18726> Acesso em: 22/03/2023.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **História da Câmara dos Deputados: A 1ª República**. CD/CPSN. Brasília, 2009. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/a1republica.html> Acesso em: 22/03/2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-total-periodos-anuais.html> Acesso em: 23/03/2023.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brazil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1874. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&vieTyp.%20G.%20Leuzingerw=detalhes>. Acesso em: 09/04/2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Synopse do Recenseamento de 31/12/1900**. Rio de Janeiro: Typ. de Estatística, 1905. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=225474&view=detalhes> Acesso em: 09/04/2023.